

# OS LIBERALISMOS NA CRISE DO ESTADO-NOVO: A POLÊMICA DE ROBERTO SIMONSEN COM EUGÊNIO GUDIN (1944-1945)

Helio Cannone<sup>1</sup>

## RESUMO:

O presente artigo pretende tratar da disputa entre Eugênio Gudín e Roberto Simonsen sobre os rumos do planejamento econômico do Brasil após o fim do Estado Novo e da Segunda Guerra mundial enquanto uma polêmica entre dois tipos de liberalismo. Tendo como suporte teórico as contribuições de Michael Freedon e de José Guilherme Merquior, argumentamos que Eugênio Gudín partia de um liberalismo vinculado a um imaginário político da Primeira República, de matriz economicista, que naturalizava o conceito de mercado e o *laissez-faire*. Já Roberto Simonsen, seria expressão de um liberalismo de tipo keynesiano que emergiu no Pós-guerra e no qual o Estado é visto como necessário para manter a economia e a sociedade funcionais.

**Palavras-chaves:** liberalismo, pensamento econômico brasileiro, desenvolvimentismo, nacionalismo

## ABSTRACT:

This article aims to address the dispute between Eugênio Gudín and Roberto Simonsen over the direction of economic planning in Brazil after the end of the Estado Novo and the Second World War as a controversy between two types of liberalism. Having as theoretical support the contributions of Michael Freedon and José Guilherme Merquior, we argue that Eugênio Gudín started from a liberalism linked to a political imaginary of the First Republic, with an economicist matrix, which naturalized the concept of market and *laissez-faire*. Roberto Simonsen, on the other hand, would be an expression of a Keynesian-type liberalism that emerged in the post-war period and in which the State is seen as necessary to keep the economy and society functional.

Key-words: liberalism, Brazilian economic thought, developmentalism, nationalism

---

<sup>1</sup> <sup>1</sup> Doutor em Ciência política pelo IESP-UERJ, atualmente é Professor substituto no Departamento de Ciência política da UFBA e pós-doutorando, com bolsa PDJ concedida pelo CNPq no Programa de pós-graduação em Ciências sociais da mesma universidade. <https://orcid.org/0000-0002-8774-4197>. E-mail: [helio.cannone@gmail.com](mailto:helio.cannone@gmail.com)

### As dicotomias do liberalismo

A existência de uma espécie de dicotomia liberal é amplamente diagnosticada pela literatura especializada e não se circunscreve apenas ao pensamento político brasileiro. É comum a diversos analistas do liberalismo dividi-lo em duas correntes (LYNCH, 2020; MERQUIOR, 2014; FREEDEN, 2006; ROSANVALLON, 2002). Uma delas, pode ser definida principalmente pela defesa de liberdade individuais e de autonomia da sociedade civil, na qual o Estado de direito é ente fundamental em sua garantia. A outra teria como preocupação majoritária a defesa dos mecanismos de mercado, interpretaria a realidade por chave economicista e seria hostil ao intervencionismo estatal. Tratando especificamente do pensamento político brasileiro Christian Lynch (2021b) as denomina de liberal-democrata e neoliberal. Já para José Guilherme Merquior (2014), estas correntes se intitulariam respectivamente liberalismo e liberismo, enquanto para Michael Freeden (2006), liberalismo e um tipo específico de "*liberal pretenders*"<sup>2</sup> (FREEDEN, 2006, p. 287), que ele nomeia de libertários econômicos.

Ao definir os conceitos suficientes desta doutrina, Freeden toma John Stuart Mill como base teórica de um liberalismo já autoconsciente e a partir dele, afirma que o conceito nuclear desta visão de mundo se daria pela defesa do indivíduo e de sua liberdade e autonomia. Portanto, a ideia de livre mercado seria um conceito periférico do liberalismo, assim como intervenção estatal na economia também poderia vir a ser. Segundo o autor, o protagonismo para a questão do mercado só começaria a ser compartilhado nos anos 1930 por esta ideologia. Ou seja, um autor

---

<sup>2</sup> A análise de Michael Freeden (2006: 276) pressupõe que o liberalismo centrado na ideia de mercado seria uma identidade mal-entendida ou uma anomalia para com esta tradição de pensamento. Por isso, se refere a eles como "*liberal pretenders*", ou seja, como no máximo candidatos ao liberalismo, mas que tem um conteúdo que difere da tradição liberal ela mesma. A nosso ver, este juízo do autor é ele mesmo normativo, o que não é em si um problema, todavia, como é nossa intenção interpretar o pensamento liberal, nos parece equivocado pressupor que existe a separação entre um verdadeiro e outro falso. Trataremos então ambos como verdadeiros, embora diferentes. Há também certa carga negativa nos outros autores citados no parágrafo, porém, neles isto não interfere tão diretamente no nome da categoria usada para classificar. De todo modo, nos deteremos na apropriação analítica de seus escritos.

## OS LIBERALISMOS NA CRISE DO ESTADO-NOVO

defender ação do Estado não seria suficiente para não o classificar como liberal. Em suas palavras:

Uma breve alusão a conceitos e ideias periféricas vão rondar esta discussão. Regulação estatal de algumas práticas sociais e econômicas, livre mercado, direitos iguais, para mulheres, autodeterminação nacional, educação gratuita e ordem social são todos candidatos a um estatuto perimetral na morfologia Millitiana. A posição que eles ocupam não é vital para a sustentação da estrutura básica do liberalismo, fornecendo a ligação necessária entre conceituações gerais de ideologia e seus contextos espaciais e temporais. Livre mercado era tangencialmente colocado por Mill no complexo de seu núcleo conceitual de liberdade individual 'somente e enquanto deixar pessoas por elas mesmas for melhor, *caeterisparibus*, do que as controlar', no entanto, intervenção estatal em alguns aspectos do comércio era desejável para proteger o bem-estar dos trabalhadores e consumidores. Livre comércio era uma doutrina do século dezenove expelida pelos liberais nos anos 1930, período no qual a liberdade que ela oferecia foi julgada ruim ao jogo livre e para a falta de controle racional da sociedade por conta do comportamento de seus membros, especialmente por causa dos seus altos custos no desemprego e na queda do padrão de vida. (FREEDEN, 2006: 165, tradução nossa)<sup>3</sup>

Partindo desta compreensão, podemos entender que o liberalismo de John Maynard Keynes e daqueles que apostaram em planejamento econômico no pós-guerra estaria enquadrado naquela primeira corrente. Já o de autores como Friedrich Hayek (1899–1992), João Alberto Sales (1855–1904), Eugênio Gudín (1886–1986) e Paulo Guedes (1949) na segunda. Consideramos, então,

---

<sup>3</sup>Texto original: "A brief allusion to peripheral concepts and ideas will round off this discussion. State regulation of some economic and social practices, free trade, equal rights for women, national selfdetermination, free education, and social order are all candidates for perimeter status in the Millite morphology. The positions they occupy, though not vital for underpinning liberalism's basic structure, provide the necessary interface between general ideological conceptualizations and their temporal and spatial contexts. Free trade was tangentially related by Mill to his core complex concept of individual liberty, 'only in so far as leaving people to themselves is always better, *caeteris paribus*, than controlling them', though state intervention in some aspects of trade was desirable to protect the welfare of workers and consumers. Free trade was a nineteenth-century liberal doctrine shed by liberals only in the 1930s, by which time the liberty it offered was judged to be akin to free play and to the lack of rational control of a society over the behaviour of its members, especially because of its rising costs in unemployment and a declining standard of living."

acompanhando a bibliografia, que a posição sobre a intervenção do Estado na economia não é suficiente para classificar o liberalismo enquanto tal já que, historicamente, as duas ideias nem sempre estiveram associadas.

### **Liberal-desenvolvimentismo e desenvolvimento liberal**

Uma vez que partamos da compreensão de que liberalismo econômico não é condição suficiente para a filiação de atores/autores políticos como liberais, podemos realizar o esforço de compreensão da relação entre desenvolvimento e liberalismo no pós-guerra. Para tal, temos como pressupostos o entendimento do cientista político Jorge Chaloub:

Algumas épocas, por outro lado, se tornam de tal modo tributárias de certos temas que passa a ser quase inevitável abordá-los em sua reconstrução histórica. Um bom exemplo é o conceito de desenvolvimento, mote central do debate público do pós-1945. As visões de mundo inconciliáveis da Guerra Fria, que se delineava no horizonte, encontravam na ideia um ponto de aparente concórdia, mesmo que uma análise mais detida vá identificar, sem maior esforço, relevantes diferenças em relação aos usos e fins desse ideal desenvolvimentista e do principal instrumento para sua consecução: o planejamento. (CHALOUB, 2015, p. 123)

No debate ao qual este texto se circunscreve as duas vertentes do liberalismo expostas na seção anterior também se expressam em atores concretos. Todavia, elas aparecem com feição e enquadramento próprios, que dizem respeito tanto à conjuntura nacional brasileira quanto à internacional. Em um momento no qual o regime do Estado Novo estava em crise e a democratização demonstrava-se inevitável para os atores políticos daquele contexto, coube repensar o modelo de planejamento que seria compatível com o horizonte de expectativas que se abria (KOSELLECK, 2006). Entretanto, se durante a chamada Era Vargas não havia ambiente que permitisse uma disputa entre intelectuais pela opinião pública, na medida em que o regime entra em crise, o conceito de planejamento passa a ser disputado. Dentro do liberalismo, havia tanto aqueles que aderiram à lógica da

## OS LIBERALISMOS NA CRISE DO ESTADO-NOVO

necessidade de centralização administrativa como espécie de etapa para concretizar o desenvolvimento e permitir que o Brasil formasse uma sociedade de mercado quanto aqueles que a negavam. Podemos perceber naquele período dois grandes modos de entender a superação do atraso pela via do desenvolvimento.

Uma delas é a que chamamos de liberal-desenvolvimentismo<sup>4</sup>, a outra, o desenvolvimento liberal. A primeira seria expressão do ambiente pós-guerra. Este liberalismo aceita a planificação como forma de manter ou erigir (no caso brasileiro) uma sociedade liberal. Este paradigma via a ação do Estado como a forma de transformar o Brasil em uma espécie de Estados Unidos na América do Sul, com presença atuante de capital privado nacional e estrangeiro, e os EUA como parceiro político e comercial. Para eles, o capitalismo era um modelo moderno de civilização e de cultura, mas que, na fase em que o Brasil se encontrava, precisaria do Estado como força reguladora de conflitos, a fim de que a sociedade de mercado e a livre iniciativa funcionassem sem mazelas. Utilizamos a classificação de liberal-desenvolvimentismo porque esta corrente está de acordo com as principais características apontadas pela bibliografia para definir o pensamento desenvolvimentista, ou seja: planejamento estatal, projeto nacional de desenvolvimento e industrialização (BIELSCHOWSKY, 2004; FONSECA, 2015). Entretanto, eles o faziam buscando como utopia (MANNHEIM, 1986) a realização de uma sociedade liberal no futuro. O autor que analisaremos a partir desta chave é Roberto Simonsen. Em período de crise do Estado Novo e de necessidade de repensar o modelo de planejamento e desenvolvimento, ele advogava pela defesa do planejamento estatal como forma de erigir no Brasil uma sociedade de mercado, cuja solução dos conflitos entre capital e trabalho poderia ser a ênfase no primeiro grupo. Também havia elogio à figura do empreendedor capitalista (que era necessário ao desenvolvimento e precisava, por isso, de auxílio do capital público). Eles também compartilham de uma visão de desenvolvimento brasileiro cujo ponto de chegada eram os Estados

---

<sup>4</sup> O termo não é original nosso, mas recepcionado de Jorge Chaloub (2015), que o utiliza em chave similar para se referir ao pensamento de Roberto Campos. Segundo o autor, ele retirou o termo da autobiografia do economista, que o usa para se referir a sua ação durante o Plano de Metas (1956-1960). Nós verificamos a referência e ela é condizente com o texto original. Cf. CAMPOS, Roberto. *A lanterna na papa*. memórias. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

Unidos. Do ponto de vista internacional, eles são condizentes com o espírito do tempo, no qual a rejeição ao liberalismo econômico não implicava uma negação da ideologia como um todo. Assim, os autores que aqui classificamos como liberal-desenvolvimentistas são a recepção nacional do tipo de liberalismo comum ao pós-guerra, que Michael Freeden diagnosticava como em curso desde a década de 1930, expresso em autores como Keynes.

Já a perspectiva do desenvolvimento liberal é composta por aqueles que se filiavam a um liberalismo crítico ao Estado. Nesta corrente há ênfase no elogio da história anglo-saxã, em leitura que a enxerga como o primado da sociedade e/ou do mercado contra o Estado/forças autoritárias. Estes liberais costumam ler nossa história nacional como espelho invertido disto, no qual o Estado atuou contra a livre iniciativa, tornando nosso processo histórico deformado e o Brasil um país pobre, atrasado e desarranjado em relação ao mundo. Para eles, o desenvolvimento tem como motor a sociedade e o mercado (lidos como constantemente boicotados em nossa história pelo Estado). Estes atores viam o potencial modernizante fora da intervenção pública, a iniciativa privada que faria o Brasil superar seu atraso em relação ao centro. Por isso, os classificamos como defensores de um desenvolvimento liberal. Esta posição é aquela advogada por Eugênio Gudin. Portanto, no contexto de crise do Estado Novo, ele percebia uma oportunidade de defender um modelo de planejamento e de desenvolvimento tido como o oposto do que havia sido feito desde os anos 1930.

Estas percepções de desenvolvimento liberal e liberal-desenvolvimentismo não equivalem exatamente à dicotomia da ideologia apresentada nas últimas páginas – qual seja, aquela entre um liberalismo centrado nas liberdades individuais, na sociedade civil e no Estado de Direito e outro centrado na ideia de mercado e com episteme economicista. Portanto, há liberais de ambos os tipos nestas duas correntes. Nas próximas seções analisaremos como atores políticos liberais se posicionavam na questão do desenvolvimento a partir do seu conjunto de preocupações. Para tal, selecionamos textos escritos por indivíduos que se propuseram a intervir na realidade (seja institucionalmente, via partidos ou eleições, ou por interferência na política econômica) e ao mesmo tempo buscaram teorizar sobre a sua própria ação ou sobre a política brasileira. Buscando esta interseção, acreditamos contribuir

para a flexibilização da separação radical entre a análise do pensamento político e da ação política, embora ela possa ser meritória para outros trabalhos que se encontrem em qualquer um dos lados. Em um estudo sobre ideologias políticas tal qual o que pretendemos fazer, pensar autores como atores políticos permite esta intercessão entre uma suposta esfera das ideias e outra da prática.

### A controvérsia do planejamento como polêmica liberal

A célebre "controvérsia do planejamento" entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudín pode ser interpretada como uma polêmica entre o liberal-desenvolvimentismo e o desenvolvimento liberal, em um momento no qual o Estado Novo estava em crise e a democratização do país era iminente. Analisar a controvérsia do planejamento entre estes autores, é, portanto, analisar as formas de realocação do liberalismo em um contexto de crise política que expressava a necessidade de mudança de linguagem para uma lógica democrática.

É ponto comum na bibliografia (BIELSCHOWSKY, 2001, 2004; CURI, CUNHA, 2015; CEPÊDA, 2004; FREITAS JR., 2018) entender o embate ocorrido no período 1944-1945 envolvendo as ideias de Roberto Simonsen e Eugênio Gudín como um atrito entre um nacionalista e um liberal, ou entre um projeto de desenvolvimento baseado em capital estatal e capital privado nacional (com ênfase na indústria) e outro próximo do *laissez-faire*, do capital estrangeiro e do setor agroexportador. A nosso ver, esta interpretação privilegia aspectos econômicos de classificação e análise do pensamento destes autores. Por isso, pode-se considerar Gudín um liberal de modo a opor este conceito ao nacionalismo de Simonsen. Entretanto, do ponto de vista das ideologias políticas, ambos podem ser considerados liberais<sup>5</sup>. Naquele contexto histórico de fim da Segunda Guerra Mundial e de consolidação de um modelo econômico keynesiano, o Brasil estava encerrando o governo de

---

<sup>5</sup> O próprio Roberto Simonsen evita se autoproclamar como liberal, no entanto, como veremos nas seções seguintes, este é um posicionamento comum dos liberais do período, visto que o termo estava demasiado associado ao liberalismo econômico. Porém, isso não nos impede de, pelo estilo de pensamento e pelo ideário político defendido por este autor e pelos demais, percebê-los enquanto parte da ideologia liberal.

## OS LIBERALISMOS NA CRISE DO ESTADO-NOVO

Getúlio Vargas, – cuja última fase (1937–1945) foi uma ditadura – responsável por realizar um projeto político e econômico de industrialização centrado no Estado e com planejamento público das atividades. Dada a crise do regime, o dilema que se colocava para os anos seguintes era sobre qual modelo de desenvolvimento seguir dentro de marcos democráticos.

A resposta de Roberto Simonsen estava em consonância com este espírito do tempo no qual o liberalismo econômico era desacreditado. De formação política e familiar liberal, entusiasta da figura do empreendedor capitalista tal como definido por Schumpeter (1961) e opositor nos primeiros anos do governo Vargas (CEPÊDA, 2004), Roberto Simonsen progressivamente se converte em espécie de âncora e intermediador do então presidente no meio do empresariado. É neste contexto que ele escreve o parecer ao Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, que produz a resposta de Eugênio Gudín em parecer da Comissão de Planejamento Econômico. Na controvérsia, Simonsen é defensor do planejamento, da industrialização e da intervenção do Estado na economia (sobretudo no que diz respeito ao auxílio do capital privado nacional), em chave que aqui chamamos liberal-desenvolvimentista. Daí sua preocupação de associar planejamento com democracia e com defesa da propriedade privada, ideal que ele via concretizado na Europa e nos EUA. (CURRI, CUNHA, 2015: 91) Este dilema era comum à época, desde ao menos John Maynard Keynes e Karl Mannheim.

Já Eugênio Gudín devia sua visão de mundo e sua formação intelectual a outro paradigma. O autor se formou engenheiro civil no Rio de Janeiro – então capital federal – em 1904. Era autodidata em economia, a partir da leitura de autores da teoria clássica, como David Ricardo (BIELSCHOWISKY, 2001, SALOMÃO, 2021). O pensamento do autor formou-se na linguagem político-econômica da Primeira República, que conciliava cosmopolitismo, liberalismo econômico e certa visão evolucionista da sociedade e do próprio processo histórico. A sua objeção ao planejamento ou a ideia de um Estado ator na economia é contrastada por ele a um entendimento de que deixada a iniciativa privada o mais livre possível e incentivando a produção daquelas mercadorias favorecidas pelas vantagens comparativas, o Brasil seguiria em uma via natural de desenvolvimento liberal, tal qual ele também

## OS LIBERALISMOS NA CRISE DO ESTADO-NOVO

acreditava que teria feito a Europa e os EUA. A descrição feita por Curi e Cunha (2015) sobre o que Eugênio Gudín entende por liberalismo econômico está em consonância com o nosso entendimento sobre a via do desenvolvimento liberal:

Economia liberal parece ser, para Gudín, um sistema econômico – uma realidade – à qual corresponderia uma doutrina econômica específica. A economia liberal seria, pois, um período em que vigorara um consenso de princípios liberais, que orientavam o comportamento das economias nacionais, de modo a proporcionar à humanidade o maior nível de conforto material e de liberdade até então visto. (CURI, CUNHA, 2015: 93)

Como veremos nas próximas páginas, ambos os autores se entendem como inseridos em uma realidade atrasada que é oposta a outra, tida como desenvolvida. Os representantes desta parte exemplar do mundo seriam praticamente os mesmos, segundo Simonsen e Gudín. Por isso, parte importante do argumento se dá pela disputa de interpretação sobre qual foi a via de desenvolvimento seguida pelas potências econômicas.

O primeiro texto que abre a assim chamada “controvérsia do planejamento” (IPEA, 2010) é um parecer técnico de Roberto Simonsen apresentado ao Conselho Nacional de Política Industrial, em 16 de agosto de 1944. Já neste texto, podemos perceber a expressão do liberal-desenvolvimentismo de seu autor. Relatando os resultados da Missão Cooke<sup>6</sup>, o economista informa que a renda brasileira – a qual ele mede pelo potencial de consumo da população – seria 25 vezes menor que a dos Estados Unidos. A seu ver, isto se deveria à industrialização daquele país, que aumentou sua renda e seu consumo para graus muito mais elevados que a dos países agrários. Infelizmente, no Brasil este processo ainda estaria na adolescência (IPEA, 2010: 39), o que impediria que o país atingisse aquele progresso que Simonsen percebia na potência da América do Norte. Para ele, era como se o nosso país fosse um EUA

---

<sup>6</sup> Missão técnica norte-americana enviada para o auxílio do desenvolvimento brasileiro, com investimentos de formação de poupança e infraestrutura. Cf. verbete do CPDOC disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/missao-cooke>. Acessado em: 09/08/2021

## OS LIBERALISMOS NA CRISE DO ESTADO-NOVO

por se fazer, mas que dispunha de menos tempo e partia de grande passivo em seu atraso. Sequer a dinamização da indústria de base fora realizada – e essa pauta seria do século XIX, que dirá eletricidade e transporte aéreo, exigências daqueles anos. Para além disso, tínhamos dependência externa de petróleo e energia, maquinário obsoleto, ausência de capital e logística rudimentar.

A solução que se impunha, então, era o de não adotar “os meios clássicos” (IPEA: 44) de apenas estimular a iniciativa privada, ao invés disso: “A planificação econômica é o caminho para superar o atraso brasileiro de forma rápida e direcionada, fazendo uso da ciência e da técnica.” (Ibidem, p. 45). Rússia, Inglaterra e EUA seriam exemplos bem-sucedidos de uso da planificação para direcionar a economia e a sociedade a um grau de produção e de renda que de outro modo não conseguiriam. No caso brasileiro, o ponto central deveria ser a industrialização, com o maior montante sendo direcionado para infraestrutura – equipamento, transporte, combustíveis e eletricidade. Já o financiamento deveria ser metade de capital estrangeiro – sobretudo dos EUA – que disporia de recursos essenciais que poderiam emprestar sem grandes esforços. O restante, deveria ser composto pelo Estado e pelo capital privado nacional, porém, o autor faz a ressalva de que o intervencionismo público deveria ser apenas onde a iniciativa privada não atuava, com o seu máximo de aproveitamento:

O grau de intervencionismo do Estado deveria ser estudado com as várias entidades de classe para que, dentro do preceito constitucional, fosse utilizada, ao máximo, a iniciativa privada e não se prejudicassem as atividades já em funcionamento no país, com a instalação de novas iniciativas concorrentes. (IPEA, 2010: 46)

A resposta de Eugênio Gudín veio em março de 1945, em texto de circulação reservada. Gudín afirma que não discordava do relatório de Simonsen no tocante ao fato do Brasil ser um país atrasado, de economia rudimentar e que precisaria de investimentos para corrigir sua situação. Sua discordância diria respeito ao método adotado. Para ele, existia uma sedução pela ideia de planejamento na época, mas que economicamente não seria eficiente. Em seu juízo, o correto a se fazer seria observar cada

## OS LIBERALISMOS NA CRISE DO ESTADO-NOVO

setor da economia, em busca de seus problemas e não propor um ideal totalizante – e, segundo ele, totalitário – de capitalismo de Estado. Em sua visão, esta atitude seria típica de países fascistas ou comunistas, como a Rússia, a Itália e Portugal.

No caso do *New Deal* norte-americano, o programa seria um desvio da história econômica do país e evidentemente equivocado. A tendência em curso nos EUA seria justamente de reversão desta má conduta. Os Estados Unidos são colocados como exemplo de país que se tornou potência por seguir modelo de desenvolvimento liberal: “É curioso, aliás, apontar-se justamente o exemplo dos Estados Unidos, país que fez sua grandeza com o sistema da economia liberal e que tudo faz, na hora difícil que o mundo atravessa, para reintegrar essa Economia em sua plenitude.” (IPEA, 2010: 82) Já os teóricos internacionais do planejamento seriam espécie de idealistas que lidariam com ele de forma pouco científica, tal como uma profissão de fé. Este é o tratamento que recebe Karl Mannheim, por exemplo:

Não faltam tampouco os “filósofos do plano”, entre os quais se cita particularmente o nebuloso sociólogo Karl Manheim [...] O dr. Manheim quer planificação. Mas ele é de uma imprecisão desconcertante sobre o que é que se deve planificar e encara a planificação mais como uma fé do que como uma técnica”. Não será com as “doutrinas” de Karl Manheim e de outros tão invocados filósofos do plano que salvaremos a economia nacional. (IPEA, 2010: 77 e 78)

Embora aponte-se na bibliografia (CURI, CUNHA, 2015) que Eugênio Gudín não tinha atenção para a história – e especificamente para a história econômica – tal como Roberto Simonsen, o que ocorria é que ele tinha interpretação muito distinta deste seu adversário. Ambos mobilizam a história econômica, porém, com teorias da história diferentes, baseadas em suas visões de mundo diferentes<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Não queremos aqui equivaler a historiografia produzida pelos autores. De fato, Roberto Simonsen era professor de História Econômica e ministrava cursos na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, que resultou em seu clássico “História econômica do Brasil” (2005). Além disso, concordamos com Curi e Cunha (2015) que Roberto Simonsen recepciona a escola historicista alemã de economia, cujo grande representante seria Friedrich List. O nosso argumento aqui é que tanto Roberto Simonsen quanto Eugênio Gudín utilizam a história como recurso político que dá fundamento a seus respectivos

## OS LIBERALISMOS NA CRISE DO ESTADO-NOVO

Para responder à crítica do liberalismo econômico Gudín se dedicou a narrar a história do capitalismo para explicar como “a mística do plano” (IPEA, 2010: 65) seria derivação do mercantilismo do século XVIII, quando as economias nacionais eram geridas pelos interesses do Estado. Mostrando sua filiação à escola clássica da economia política, ele explica que o *laissez-faire* teria surgido para pôr fim à prática anterior. Isto foi feito com o esclarecimento de que a fonte do desenvolvimento econômico estava na riqueza dos indivíduos, que eram guiados por seu interesse próprio e assim prosperariam.

Com o passar do tempo, teria se consolidando um papel do Estado que não era planejador como no século XVIII, mas regulador, de modo a impedir que “[...] a liberdade fosse usada para matar a liberdade.” (IPEA, 2010: 65). A função do Estado teria passado a ser a de criar códigos de comportamento econômico pela legislação, sem com isso poder invadir o domínio da iniciativa privada. Gudín entende que o resultado deste processo histórico era o chamado por ele de economia liberal, modelo que conciliaria liberdade individual, com proteção às opressões de uns sobre os outros.

Tudo iria bem até 1914, com o sistema capitalista progressivamente aumentando o bem-estar social. Porém, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) teria deslocado a hegemonia global da Inglaterra para os EUA, que era um país que não havia ainda chegado ao amadurecimento de seu antigo colonizador. Por isso, foi adotada uma política econômica que tentou beneficiar a sua economia, enquanto prejudicava os demais países. A consequência foi a substituição da contenção do período de guerra por um movimento inflacionista desordenado somado aos aumentos tarifários ao comércio internacional, o que teria sido a causa da depressão de 1929. Em chave burkeana (BURKE, 2014) de análise do processo histórico, a conclusão de Eugênio Gudín é que a Grande Depressão não é responsabilidade da economia liberal, mas de um desvio de sua história por um processo político drástico, que descaracterizou a linha de continuidade e de

---

projetos e que o segundo autor está longe de menosprezá-la como forma de advogar que sua visão de mundo corresponde à realidade. Entretanto, diferente de Simonsen, a base de compreensão da história para Gudín são os pressupostos da teoria econômica clássica, de Smith e Ricardo.

## OS LIBERALISMOS NA CRISE DO ESTADO-NOVO

aperfeiçoamento do liberalismo econômico e por consequência do sentido próprio ao progresso na modernidade:

NÃO CABE ASSIM À ECONOMIA LIBERAL A RESPONSABILIDADE DESSES DESASTRES. ORIGINARIAMENTE, a Grande Depressão foi o resultado de um fenômeno político: a guerra mundial de 1914, que abalou profundamente o sistema que a economia liberal havia construído em um século. Subsidiariamente, incumbe a responsabilidade aos desacertos praticados pelo grande mas ainda inexperiente país que passara, repentinamente, de país devedor à posição do maior país credor do mundo e de líder da economia mundial. (IPEA, 2010: 69)

Sua crítica ao *New Deal* continua, porque para Eugênio Gudín não haveria meio termo ou terceira via: ou se segue o modelo liberal “[...] ou comunismo, capitalismo de Estado.” Isto se basearia em sua leitura de que haveria uma oposição, de um lado a filosofia liberal e democrática, do outro a coletivista e totalitária. Na primeira, o fim almejado seria o de garantir o livre mercado e a livre concorrência, cujos preços de mercadoria e serviços seriam autorregulados pelo interesse da sociedade neles. Nesta via, se seguiria o modelo que ele identificava como a própria democracia. Na outra, uma “autoridade onipotente” (IPEA, 2010: 70) impor regras ao mercado e regularia seus preços, tal como ocorreria em Estados totalitários. Somente os EUA teriam sido um país democrático que escolheu com o *New Deal* o caminho da intervenção, mas que já estaria sendo substituído pelo retorno do liberalismo. Já a Inglaterra estaria apenas reajustando sua economia após os esforços de guerra e jamais teria prejudicado a iniciativa privada, mas impedido que houvesse exageros em sua atuação. Uma vez que o fluxo histórico interrompido pela guerra fosse retomado, o caminho do liberalismo anglo-saxão voltaria ao normal.

Nesta visão que advoga por um desenvolvimento liberal e que tem um liberalismo economicista centrado na ideia de mercado, o conflito internacional da guerra fria já demonstrava seus ecos. Isso se expressa quando Eugênio Gudín aponta que, uma vez que só haveria dois caminhos a seguir, quem não adotasse o (seu) modelo liberal, seria conseqüentemente comunista. Para ele, a defesa de intervenção estatal levaria a violações da propriedade privada, empoderamento excessivo da burocracia e favorecimento de

empresários próximos do poder público, características que Eugênio Gudín considera próprias do regime soviético. Ao classificar a postura de Roberto Simonsen, ele até admite que existe uma “[...] moldura de tonalidades liberais” (IPEA, 2010: 78) mas que é preenchida pelo intervencionismo. Se esta via fosse seguida, o Brasil continuaria no caminho totalitário dos anos anteriores, representados pelo governo Vargas que “ora se extingue” (IPEA, 2010: 80). Esta abertura para a democracia que formalmente estaria em processo de se concretizar, só poderia sê-la de fato se acompanhada pela condizente postura em relação à economia, qual seja, a de participação mínima do poder público.

Para se adequar à lógica democrática e da economia liberal, que o autor pensa como indissociáveis (sendo a segunda fundamental para a primeira, mas não o contrário), o Brasil deveria diminuir a participação do Estado na economia, as empresas públicas e os institutos públicos. Afinal, a “Função do Estado é estabelecer as regras do jogo e não jogá-lo”. (IPEA, 2010: 83). No caso brasileiro, o principal problema a ser resolvido com auxílio estatal seria a inflação, de modo a garantir a harmonia do funcionamento do mercado.

Preparado para rebater o argumento de que seu ideal seria obsoleto, ele advoga que “Os princípios aqui invocados são, ao contrário, o que se poderia chamar de mais “moderno”, de mais avançado em matéria de economia.”. (IPEA, 2010: 88). Dentre os autores em voga naquele período que Gudín afirma se basear, ele cita John Maynard Keynes. Todavia, a recepção que ele faz do britânico não se dá pelo aumento do déficit público, ideia do Estado interventor na economia, efeito multiplicador ou qualquer outra das teses costumeiramente associadas a esta escola econômica. Para Gudín, Keynes foi um complementar dos autores clássicos, que introduziu a ideia de ciclos econômicos (opondo a leitura estática dos autores anteriores) e a problemática do desemprego – que para Eugênio Gudín se resolveria com aumento da produtividade das empresas e não com os mecanismos de intervenção governamental propostos pelo inglês.

Retornando para sua predileção pelos clássicos, o economista rebate o industrialismo de Simonsen com a doutrina das vantagens comparativas de David Ricardo. Gudín parte do pressuposto que a economia não funcionaria em um enquadramento fechado de

corte nacional, mas em comércio internacional aberto. O Estado aplicar tarifas para indicar o que se pode ou não importar é visto por ele como mais uma medida totalitária. (IPEA, 2010: 104). Para além deste juízo mais explicitamente normativo, Gudín indica que seria falsa a premissa de que países industrializados seriam ricos e os agrícolas, pobres. Argentina e Nova Zelândia seriam exemplos de nações que se desenvolveram com matriz econômica agroexportadora. A solução para o Brasil seria o mesmo, tal como afirmava a teoria clássica do comércio exterior, pois o setor primário seria aquele que o nosso país tinha capacidade de produzir em vantagens quando em relação a outros.

Outro motivo apontado para discordar de Roberto Simonsen em seu juízo sobre a indústria é de que a lógica da concorrência e do lucro seriam inerentes ao capitalismo liberal. Portanto, se o Estado interviesse com medidas protecionistas para a indústria, ele descaracterizaria o próprio modelo. O resultado seria uma indústria menos eficiente e que jamais atingiria naturalmente os preços do mercado internacional, – porque produziria em condições comparativamente desfavoráveis – o que encarece o custo para o consumidor. Segundo o economista, a defesa da tese contrária por associações ligadas à indústria teria interesses meramente corporativistas, típicos de países antidemocráticos

A “Réplica ao sr. Eugênio Gudín” (IPEA, 2010: 128) veio em junho do mesmo ano – 1945. Neste texto, Roberto Simonsen aprofunda certas questões sobre como solucionar o problema do atraso brasileiro, ao mesmo tempo que elucida pontos de seu liberal-desenvolvimentismo. Dentre eles, existem duas dissociações importantes feitas pelo autor: uma entre liberalismo político e econômico e outra de planejamento democrático e autoritário. O industrialista também demonstra visão distinta da de seu adversário sobre como se processou a história da modernização capitalista e do sentido do *New Deal* norte-americano dentro dela.

Para Roberto Simonsen, seria equívoco da parte de Eugênio Gudín pressupor que a ideia de planejamento teria uma ideologia a ela inerente. Afinal, o industrialista a percebia como “[...] a técnica e a indústria como meios de consecução da civilização moderna, ancoradas na ação racional.” (CEPÉDA, 2004: 6 e 7). Portanto, ao invés de expressão de doutrina autoritária e coletivista, o planejamento seria na verdade uma técnica científica, que podia

ser adotada tanto por países democráticos quanto pelos fascistas ou comunistas. A concepção que ele queria aplicar seria a compatível com o primeiro modelo nacional, que, inclusive, serviria para estimular os investimentos e auxiliar no crescimento da iniciativa privada. Gudin não perceberia isso porque teria uma postura doutrinária e engessada, não separando Capitalismo de Estado de Socialismo de Estado.

Segundo Simonsen, Eugênio Gudin deliberadamente teria citado partes de seu parecer de forma enviesada, com o objetivo de deturpar seu projeto. Ele afirma que o seu adversário ideológico queria associar sua proposta com a defesa de interesses corporativistas da classe industrial, que necessitaria do Estado por ser supostamente incompetente. O que nos parece é que Gudin interpretou o parecer de Simonsen com a visão de mundo de um liberalismo centrado na ideia de mercado e, por isso, selecionou conscientemente ou não trechos que vinculavam Simonsen a outros de seus inimigos, equivalendo então o liberal-desenvolvimentismo com o socialismo soviético. Neste ponto, há forte preocupação de Roberto Simonsen de demonstrar a compatibilidade da intervenção do Estado na economia (tanto no investimento quanto na coordenação das atividades) com certo tipo de enquadramento liberal de Estado. Para ele, seria uma distorção de seu relatório fazer parecer que ele considerava a iniciativa privada ineficiente e que defenderia um intervencionismo radical. Para isso, o economista também faz sua respectiva digressão histórica. O sentido deste movimento não seria as forças do mercado, mas a ação deliberada e consciente do Estado.

Colocando os EUA como caso exemplar de desenvolvimento capitalista, Roberto Simonsen ajuíza que a história deste país seria não a do *laissez-faire* advogado por Gudin, mas de intervencionismo estatal na economia. Durante mais de cem anos, a potência teria planejado suas atividades, transformando-se de país agrícola em grande nação industrial. Isso teria sido feito desde o Século XIX, com legislação social de proteção ao trabalhador, investimento público em infraestrutura, concessão de crédito e comissões especiais para coordenação econômica. Após a Primeira Guerra Mundial, a nação do norte teria finalmente um grau de desenvolvimento que permitiu que o Estado se retirasse da economia e deixasse a iniciativa privada atuar na maioria dos

## OS LIBERALISMOS NA CRISE DO ESTADO-NOVO

setores, mas só se tornou capaz disso pelo poder e o capital público. A leitura sobre o *New Deal*<sup>8</sup> também diverge entre os economistas. Para Simonsen, ele não era um momento episódico para conter uma crise, mas a continuação de uma tendência e tradição histórica norte-americana. Fluxo este muito distinto do caso soviético, pois o planejamento dos EUA sempre havia sido democrático e valorizador das liberdades individuais (IPEA, 2010: 161). Já no outro caso, ele foi feito com trabalho forçado e cooptação da iniciativa privada. Em trecho, ele é sintético sobre a compatibilidade da democracia liberal com certos ideais de planejamento que se comprometam com estes marcos:

O combate ao monopólio, o rigoroso controle das empresas de utilidade pública, a execução pelo Estado de muitos serviços públicos que vêm sendo adotados pelos governos considerados liberais nunca foram considerados inconciliáveis com o sistema econômico baseado no empreendimento particular. (IPEA, 2010: 170 e 171)

A interpretação sobre outros casos de desenvolvimento segue na mesma chave analítica, igualmente a Inglaterra –ênfaticamente – e os demais países europeus e democráticos só diminuíram o fôlego de seu planejamento quando já haviam amadurecido sua economia industrial e sua legislação para permitir abertura maior ao mercado. Todavia, o Brasil estava em outro momento de sua história, com outras condições: “Somos um país pobre, de baixíssima renda nacional e não dispomos nem dos recursos, nem do progresso da pátria de Roosevelt.”. (IPEA, 2010: 158). O que o país deveria fazer era menos copiar o resultado histórico do Norte global e mais o que estas nações fizeram quando estavam em estágio análogo do seu

---

<sup>8</sup> Segundo aponta Vera Cepêda (2004), Roberto Simonsen demonstrou entusiasmo com o *New Deal*, elogiando a postura do presidente Roosevelt na questão e conciliando a cultura liberal norte-americana com a ideia de planejamento durante discurso de 1945: “Ainda é de 1945 Roosevelt, discurso pronunciado por Roberto Simonsen por ocasião das comemorações do dia Pan-Americano. O teor do discurso é assinalar a heterodoxia e a ousadia do lendário presidente norte-americano ao adotar o intervencionismo econômico como forma de tirar os Estados Unidos da profunda crise pós 1929. A importância deste trabalho é extremamente simbólica, uma vez que utiliza o grande paradigma liberal, os Estados Unidos, contra o radicalismo dos liberais brasileiros exatamente no período em que os ânimos se acirraram em função do debate do planejamento. (CEPÊDA, 2004, p. 79)

desenvolvimento, ou seja, coordenar as atividades com planejamento estatal. Assim, o Brasil precisaria entender a si mesmo como nação e produzir um projeto nacional de desenvolvimento no qual ele deveria agir para se industrializar e alcançar o mesmo nível daqueles que o fizeram antes. Como aponta Curi e Cunha (2015), a construção de uma consciência nacional era tida por Simonsen como fundamental para que o país pudesse formular seu projeto e superar sua condição de atraso.

O clima teórico e as práticas adotadas naqueles anos estariam – de acordo com Roberto Simonsen – em consonância com seu pensamento. A tendência internacional seria a de harmonizar democracia com liberdade de ação, apoiando-se na ciência e em novos modelos de administração pública (IPEA, 2010: 162). Em seu entendimento, Eugênio Gudín seria representante de uma doutrina obsoleta de *Homo Economicus*<sup>9</sup>, que já não era praticada nos países que ele mesmo citava como exemplo. A adoção deste tipo de sistema anacrônico implicaria concentração de riquezas, formação de monopólios, a volta da pauperização das massas, imperialismo, controle do fluxo de mercadorias pelos países desenvolvidos e desfavorecimento do pequeno produtor. Para além da “[...] completa ausência de preocupação do problema social” (IPEA, 2010: 171), o relatório do adversário seria anticientífico, pois colocaria os preceitos da economia liberal na frente da própria realidade e, quando a segunda negava a primeira, o erro seria do mundo. Usando de artifício ideológico recorrente (LYNCH, 2021a), o autor se coloca como um realista que percebe corretamente os movimentos históricos e está simultaneamente atualizado com o avanço da ciência econômica. Já seu adversário, seria um doutrinário, cego para estas questões. Sobre a necessidade de industrialização, o mote da oposição a Gudín segue na mesma linha. Os países citados – Argentina e Nova Zelândia – só teriam conseguido se desenvolver por via agroexportadora por conta de sua relação comercial com a Inglaterra e de suas características geográficas. Negar isso seria se opor aos fatos.

---

<sup>9</sup> Roberto Simonsen usa o termo como referência indireta às doutrinas da escola clássica de economia, cujos representantes mais célebres seriam Adam Smith e David Ricardo, na qual, resumidamente, a sociedade avançaria pelo auto interesse. A crítica ao *homo economicus* era comum aos autores que defendiam intervenção do Estado na economia e no planejamento. Nos demais liberal-desenvolvimentistas, a crítica também aparece.

## OS LIBERALISMOS NA CRISE DO ESTADO-NOVO

Segundo Vera Cepêda, este entendimento de Simonsen de que existiria uma tendência mundial, no qual um liberalismo de fundo político não precisa ser acompanhado de outro de fundo econômico, já podia ser percebido desde discurso seu em 1935:

Em 1935 Simonsen publica "Aspectos da Política Econômica Nacional", reprodução do discurso pronunciado enquanto deputado na Câmara Federal dos Deputados, em 11 de setembro de 1935 [...] Além da reafirmação sobre a limitação da economia agrícola, Simonsen interpõe uma crítica ao liberalismo econômico (no mesmo sentido daquela já desenvolvida em Rumo à verdade, separando o conceito político do conceito econômico), e apresentando o quadro mundial que migra, cada vez mais, em direção ao protecionismo e ao planejamento. Ao exemplo citado anteriormente (a racionalização alemã, em As finanças e a indústria) adiciona os casos da França e dos Estados Unidos, permitindo um diálogo com o tema da organização da produção tanto no campo ideológico mais próximo ao corporativismo quanto do liberalismo. (CEPÊDA, 2004: 75)

Em sua tréplica de agosto de 1945, Eugênio Gudín mantém os mesmos pontos. Ele acusa igualmente seu adversário de ser doutrinário e pouco científico<sup>10</sup>. Sobre a acusação de obsoleto, ele cita Taussig, suposto professor da Universidade de Harvard, que concordaria com ele que protecionismo não é indutor de desenvolvimento, mas sim o incremento da produtividade. Ele só poderia ser garantido ao se deixarem livres o trabalho e a criatividade da população.

O economista permanece enfático da incompatibilidade de seu conceito de democracia com qualquer tipo de planejamento. No entanto, neste texto ele admite alguns pontos em que em um país que enxergava como atrasado tal qual o Brasil, o Estado poderia intervir. Educação é apontado como fundamental, na medida em que impacta a produtividade. As demais ações deveriam ter

---

<sup>10</sup> Utilizando-se de critérios e buscando a medida em lugares distintos, tanto Simonsen quanto Gudín fazem uso da técnica para defender pontos políticos diversos. Este tipo de acusação é comum aos economistas que serão estudados neste texto. Todos se consideram portadores de um saber científico e acusam seus adversários de idealistas ou pouco rigorosos. Isto se deve ao próprio entendimento do lugar do economista como espécie de técnico e de seu saber como análogo ao de uma ciência da natureza (RINGER, 2000). Nos textos seguintes, o próprio Eugênio Gudín se torna mais enfático sobre estas questões.

caráter ou de incentivo da iniciativa privada, como construção de infraestrutura (seja energia ou de estradas para o transporte). Já a fiscalização pública é admitida, desde que com mesma função de definição das regras de um jogo não jogado, via moeda, crédito e tributação. A segurança e a regulamentação da qualidade dos alimentos também são plausíveis para o economista. O que importava em todos estes casos é que o Estado não poderia ser *player*, pois não seria de sua vocação e nem de sua alçada buscar o lucro e a riqueza, que só a livre iniciativa poderia propiciar.

### **A abertura do debate sobre desenvolvimento na República de 1946**

Findos os textos, não acabaram as polêmicas. Em dezembro daquele mesmo ano ocorreram as eleições presidenciais que deram a vitória a Eurico Gaspar Dutra. No ano seguinte, o Brasil entrava formalmente em um regime democrático, cuja opinião pública e a atividade intelectual tiveram oportunidade de prosseguir e prosperar. O debate sobre desenvolvimento ganhou então igual oportunidade. Como aponta Ricardo Bielschowsky:

A crise internacional e as transformações econômicas, políticas e sociais que se seguiram solaparam a base real de sua sustentação. Nasceram, a partir daí, diferentes concepções do desenvolvimento brasileiro. Em reação, a ideologia liberal teve de passar, ela mesma, por transformações que viabilizassem sua resistência frente à nova realidade. (BIELSCHOWISKY, 2004: 91)

Eugênio Gudín, além de atividade acadêmica e político-institucional, também se dedicou à escrita de artigos de jornal em que permaneceu advogando sua via de desenvolvimento liberal. Por caminhos distantes, outros liberais demonstraram reticência parecida com a ideia de que o Estado poderia ser o maior promotor de desenvolvimento. Dois exemplos são o quadro da UDN Eodoro Berlinck e o jurista Raymundo Faoro. Para estes autores, o grande mal da história do Brasil teria sido justamente o estrangulamento da sociedade (fosse ela civil ou o mercado) pelo autoritarismo estatal, o qual eles opõem ao modelo anglo-saxão de desenvolvimento liberal. Já Roberto Simonsen faleceu em 1948, dois anos depois da mudança de regime. Porém, posições similares

## OS LIBERALISMOS NA CRISE DO ESTADO-NOVO

ao seu liberal-desenvolvimentismo permaneceram. Autores como o cientista político Hélio Jaguaribe, o jurista e liderança da UDN Afonso Arinos de Mello Franco e o economista Roberto Campos mobilizavam aparato conceitual e linguagem similar para advogar o desenvolvimentismo – e suas ideias associadas de planejamento, industrialização e projeto nacional – como via de alcançar, no Brasil, o modelo de sociedade capitalista dos EUA e da Europa.

### Referências

ARAÚJO, Victor Leonardo; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de (Orgs.). **A economia brasileira de Getúlio a Dilma: novas interpretações**. São Paulo: Hucitec, 2020.

BASTOS, Aureliano Tavares. **Cartas do Solitário**. São Paulo: Companhia Editora, 1975. 4ª ed.

BERLINCK, Eodoro Lincoln. **Fatores adversos na formação brasileira**. São Paulo: IPSIS, 1948.

BIELCHOWSKY, Ricardo. Eugênio Gudim. **Estudos avançados** n. 15, vol. 41, 2001.

\_\_\_\_\_. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BRASIL. **Transcrição de reunião ministerial de 22 de abril de 2020**, disponibilizada através de laudo criminal. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2020/05/transcricao-video-reuniao22abr.pdf> . Acessado em 26/08/2021.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a revolução na França**. Tradução de José Miguel Nanni Soares. São Paulo: Edipro, 2014.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. **A moeda, o governo e o tempo**. Rio de Janeiro: APEC, 1964.

\_\_\_\_\_. **Economia, planejamento e nacionalismo**. Rio de Janeiro: APEC, 1963.

CURI, Luiz Felipe Bruzzi; CUNHA, Alexandre Mendes. "Redimensionando a contribuição de Roberto Simonsen à controvérsia do planejamento (1944–1945)". *America Latina Historia Económica*, ano 22, n. 3, set-dez, 2015, p. 76–107.

CEPÊDA, Vera Alves. **Roberto Simonsen e a formação da ideologia Industrial no Brasil – limites e impasses**. Tese (Doutorado em Ciência Política). Departamento de Ciência Política, São Paulo, USP, 2004.

CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. **O liberalismo entre o espírito e a espada: a UDN e a República de 1946**. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, UERJ, 2015.

## OS LIBERALISMOS NA CRISE DO ESTADO-NOVO

CURI, Isadora Volpato. **"Juristas e o regime militar (1964–1985): atuação de Victor Nunes Leal no STF e de Raymundo Faoro na OAB"**. Dissertação (Mestrado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, USP, 2008.

FAORO, Raymundo. ***Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro***. Rio de Janeiro/Porto Alegre/São Paulo: Globo, 1958.

FERREIRA, Gabriela Nunes. **Centralização e Descentralização no Império: O debate entre Tavares Bastos e visconde de Uruguai**. São Paulo: 34, 1999.

FONSECA, Pedro César Dutra. **Desenvolvimento: a construção do conceito. *Texto para Discussão***. Rio de Janeiro, IPEA, n. 2103, jul. 2015.

FONSECA, Pedro César Dutra; SALOMÃO, Ivan Colangelo. **O sentido histórico do desenvolvimentismo e sua atualidade**. *Revista de Economia Contemporânea*, n. especial, p. 1–20, 2017.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. ***Conceito de civilização brasileira***. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

\_\_\_\_\_. **Estudos e discursos**. São Paulo, Editora Comercial, 1961.

\_\_\_\_\_. **Evolução da crise brasileira**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005, 2ª edição.

FREEDEN, Michael. **Ideologies and political theory: a conceptual approach**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2006.

FREITAS JR., Moacir de. **I Congresso Brasileiro da Indústria: momento de consolidação das ideias de Roberto Simonsen como parte da ideologia da burguesia industrial brasileira**. Em Tese, Florianópolis, v. 15, n. 1 (parte II), p.33–48, mar./abr., 2018.

GUDIN, Eugênio. **Análise de problemas brasileiros: 1958–1964**. Rio de Janeiro: Agir, 1965.

\_\_\_\_\_. **O caso das nações subdesenvolvidas**. *Revista brasileira de economia*, ano 3, n. 4, 1952, p. 47–87.

\_\_\_\_\_. **Orientation and programming of economic development**. Arquivo do Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV), 1956.

GUEDES, Paulo. **"A síndrome de Judas Escariotes"**. Blog "No calor das ideias", 2003. Disponível em: <http://nocalordasideias.com.br/2019/04/22/paulo-guedes/>. Acessado em 26/08/2021.

\_\_\_\_\_. **Discurso de posse como Ministro da Economia, durante cerimônia de transmissão do cargo. 2 de janeiro de 2018**. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2019/01/Discurso-Paulo-Guedes-1.pdf> . Acessado em 26/08/2021.

IPEA (Org.). ***A controvérsia do planejamento na economia brasileira***. Brasília: IPEA, 2010.

## OS LIBERALISMOS NA CRISE DO ESTADO-NOVO

JASMIN, Marcelo. "A viagem redonda de Raymundo Faoro". In: ROCHA, João César de Castro (Org.) Nenhum Brasil existe. Rio de Janeiro: Topbooks; EDUERJ, 2003.

KORSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

PEREZ, Reginaldo Teixeira. "A Sociologia de Roberto Campos e a construção de uma ordem liberal no Brasil". Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 34, 2021, p. 1-27.

SALOMÃO, Ivan Colangelo (Org.). **Os homens do cofre: o que pensavam os ministros da fazenda do Brasil republicano (1889-1985)**. São Paulo: UNESP, 2021.

SIMONSEN, Roberto. **História econômica do Brasil: 1500-1820**. Brasília: Senado Federal, 2005.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SILVA, Ricardo. **A ideologia do Estado autoritário no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, Campinas, UNICAMP, 1998.

LEÃO, Igor Zanoni Constant Carneiro; PINTO, Thiago Luis de Quadros Ramos; SILVA, Newton Gracia. **Roberto Simonsen na origem do moderno pensamento social brasileiro**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 24, n. 1 (53), p. 177-199, abr. 2015.

LYNCH, Christian Edward Cyril. **Cartografia do pensamento político brasileiro: Conceito, história, abordagens**. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 19. P. 75-119, jan.-abr. 2016.

\_\_\_\_\_. **Idealismo e realismo na teoria política e no pensamento brasileiro: três modelos de história intelectual**. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 34, p. 1-57.

\_\_\_\_\_. "Nada de NOVO sob o Sol: Teoria e prática do neoliberalismo brasileiro". Insight Inteligência, Rio de Janeiro, edição 91, 2020.

\_\_\_\_\_. **Por que pensamento e não teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica**. Revista Dados. Rio de Janeiro, v. 56, n. 4, p. 727-766, 2013.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

\_\_\_\_\_. **Liberdade, poder e planificação democrática**. São Paulo: Mestre Jou, 1976.

MERQUIOR, José Guilherme. **O liberalismo antigo e moderno**. Rio de Janeiro: É Realizações, 2014.

POPPER, Karl. **A Sociedade aberta e seus inimigos**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998.

## OS LIBERALISMOS NA CRISE DO ESTADO-NOVO

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Nova cultural, 1996.

RINGER, Fritz. **O declínio dos mandarins alemães**. São Paulo: EDUSP, 2000.

ROSANVALLON, Pierre. **O liberalismo econômico: história da ideia de mercado**. Bauru: EDUSC, 2002.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira**. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

SERPA, Luiz Augusto Martins. **A sociedade aberta e seus amigos: o conceito de sociedade aberta no pensamento político de Popper, Schumpeter, Hayek e Von Mises**. Tese (Doutorado em Ciência Política), São Paulo, Departamento de Ciência Política, USP, 2007.

TOLEDO, Cao Navarro de. **ISEB: fábrica de ideologias**. Campinas: UNICAMP, 1998.

VIANNA, Luiz Werneck. **A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

VINCENT, Andrew. **Modern political ideologies**. Chichester: Blackwell Publishing, 2010.

\_\_\_\_\_. *Nationalism and particularity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

WEBER, Max. **A ética protestante e o "espírito" do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras (Tradução de José Marcos Mariani de Macedo), 2004.

\_\_\_\_\_. **Economia e Sociedade**. Brasília: UNB, 1999, vol. 1.